

Hora de distância física e solidariedade total

A pandemia de Covid-19 atingiu simultaneamente 156 países, em março, com a maior concentração de novos casos na Europa. No Brasil, mesmo com a vantagem de um sistema de saúde público e gratuito, as recomendações de distanciamento social e trabalho remoto esbarram numa realidade desigual de condições de moradia, trabalho e renda. Pesa também o contexto mundial, mais agudo aqui, de desvalorização do conhecimento científico e desrespeito a direitos humanos e sociais, resultando em ignorância, oportunismo e mais exclusão. Felizmente, ainda há solidariedade, como a dos profissionais da saúde, que se arriscam na linha de frente dos atendimentos e têm sido aplaudidos pela população.

Desinformação intencional virou problema de saúde pública. Desfazer o estrago que causam as fake news consome tempo e energia que deveriam ser direcionados à aproximação da população com especialistas da saúde, para que a realidade e as necessidades sociais interajam com o conhecimento, as orientações e as regulações sanitárias. Em três meses, a Fiocruz recebeu mais de 500 solicitações da imprensa para entrevistas. Em março, 40 por dia. Desde janeiro, 450 mil exemplares da Revista Radis chegaram às mãos dos leitores e o Portal Fiocruz, com bastante conteúdo sobre coronavírus, teve 3,3 milhões de acessos.

Profissionais de comunicação da Fiocruz querem promover diálogo entre os saberes técnico-científico e popular. É o caso de Pauliran Freitas, ao contar nesta edição suas aventuras atrás das câmeras em reportagens e documentários que têm como protagonistas suas paixões: o SUS e o povo. O repórter cinematográfico dedicou 47 dos seus 65 anos ao serviço público e ainda fala com entusiasmo sobre o futuro da comunicação e saúde.

Supostamente distante de tudo, a população ribeirinha da região amazônica vive no epicentro do processo de destruição socioambiental movido por agronegócio, mineração e grandes projetos não sustentáveis que reduzem a floresta, contaminam a água, ameaçam populações tradicionais e invadem reservas naturais, indígenas e quilombolas. É uma população que precisa muito do SUS. Em reportagem, o editor Adriano De Lavor mostra o difícil e belo trabalho de uma equipe multiprofissional numa Unidade Básica de Saúde Fluvial do município de Tefé/AM. A embarcação percorre as comunidades tratando cada grávida, cada criança, cada senhor ou senhorinha “como gente”, diz um dos ribeirinhos.

Respeito ao cidadão é o foco de Luiz Felipe Stevanim na matéria sobre como as informações pessoais digitais são hoje objeto de comércio e controle por parte de corporações e governos, com riscos à privacidade e à saúde. Luiz Felipe substitui como subeditor Bruno Dominguez, que deu enorme contribuição à revista, desde 2006. Outro colega que segue para novos desafios é Jorge Ricardo Pereira, que organizou e digitalizou todo o acervo do Programa Radis. Aos queridos Bruno e Jorge, nosso reconhecimento e agradecimento.

Em meio à crise sanitária, voltam a circular propostas de reduzir os salários já defasados de servidores como os professores, que formam nas escolas e universidades públicas os profissionais que se dedicam a estudar os fatores biológicos, sociais, econômicos e ambientais que determinam os processos de novas e antigas doenças. Por que reduzir salários de servidores como os pesquisadores e técnicos que, em tempo recorde, sequenciaram o genoma do coronavírus, desenvolveram tecnologia de diagnóstico, treinaram equipes brasileiras e sul-americanas para as testagens, trabalham em turnos ininterruptos para produzir milhões de kits para o SUS? Como reduzir ainda mais os salários de enfermeiros, médicos, técnicos, agentes e demais profissionais de saúde que cuidam das pessoas que estão sendo atingidas, com alto risco de se contaminar, trabalhando em condições inadequadas, dada a redução de investimentos no SUS, exercendo jornadas extenuantes, muitos deles mantendo-se afastados de seus lares para não contaminar suas famílias? Um jornal de decrescente circulação e baixíssimo compromisso social chegou a publicar editorial apoiando essa ideia, tão perversa quanto inócua para enfrentar a pandemia.

Em afronta a direitos e à situação de desemprego que desalenta as famílias brasileiras, cogitou-se autorizar a suspensão de contratos de trabalho e a suspensão ou redução de salários dos trabalhadores da iniciativa privada, na contramão do que todos os demais países estão fazendo. Que tipo de gente, em sã consciência, pensaria em penalizar e desproteger ainda mais os trabalhadores na iminência de uma doença? No país que destina cerca de 50% do orçamento da União para pagar sem questionar os juros e encargos de uma dívida pública nunca auditada, como já pontuaram diversos entrevistados em edições anteriores, por que não alocar no SUS e no enfrentamento à pandemia os recursos do pagamento dessa dívida e suspender os perversos efeitos do congelamento por 20 anos dos “gastos” com os serviços públicos a que a população tem direito e tanto precisa nessa hora? 

■ ROGÉRIO LANNES ROCHA EDITOR-CHEFE E COORDENADOR DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo
E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361